

Flávio Henrique Unes Pereira

Sanções disciplinares

O alcance do
controle jurisdicional



Flávio Henrique Unes Pereira

Sanções Disciplinares

O alcance do controle jurisdicional

212 páginas

978-85-7700-066-1

FORMATO: 14,5 x 21,5 cm

<http://www.editoraforum.com.br/loja>

Com imenso prazer, tenho a oportunidade de tecer considerações, ainda que breves, sobre a presente obra, que se trata da dissertação de mestrado do jovem e brilhante Flávio Henrique Unes Pereira, sob o título *Sanções disciplinares: o alcance do controle jurisdicional*.

Primeiro, gostaria de registrar o perfil do autor, com quem tive o privilégio de um convívio curto, mas intenso, durante cerca de dois anos, como associados na advocacia: inteligente e tenaz, o então muito jovem advogado revelou-se, desde cedo, como um talentoso estudioso do Direito Administrativo, sob os auspícios e orientação do festejado Professor Plínio Salgado. Dinâmico e responsável, dedicava-se intensamente ao estudo dos processos, sempre apresentando soluções criativas, amparadas em sólida doutrina e abalizada jurisprudência. Nunca esmoreceu diante da crescente necessidade da pesquisa jurídica, sempre se atualizando e dedicando seu tempo à melhoria de seu conhecimento técnico. A par destas suas qualidades profissionais, surgia, igualmente, o cortês e gentil associado, permanentemente disposto a ajudar e compartilhar suas experiências.

Deste modo, não foi surpresa seu ingresso nas lides acadêmicas, cursando o mestrado da Faculdade de Direito da UFMG, em perfeita compatibilidade com suas novas funções, na assessoria jurídica de ilustre Ministro do Superior Tribunal de Justiça, bem como no magistério superior na capital federal, conjugando atributos singulares no trato do Direito e se especializando, com esmero, no Direito Público.

Ao concluir seu curso, sob orientação sempre profícua do competente Professor Luciano Ferraz, apresenta sua dissertação, que ora se publica, para nossa alegria, dividindo com todos os frutos de seu ingente trabalho acadêmico.

Ao abordar, agora, o presente livro, pode-se afirmar, sem temer engano, que se trata de obra definitiva sobre assunto tão instigante como o processo administrativo disciplinar, pelo qual o Poder Público aplica a sanção a seu agente, mas, como se verifica no completo trabalho ora em foco, não pode fazê-lo de modo discricionário ou imune ao controle jurisdicional. Desta maneira, o autor, de forma sistemática e bem fundamentada, arrola os fundamentos que justificam o controle pelo Poder Judiciário das sanções disciplinares, a partir da mais moderna doutrina em voga no Direito Público.

Assim, todos os estudiosos do Direito Administrativo terão, aqui, a grata possibilidade de se aprofundar, de modo sistêmico, no que há de mais atual e moderno em termos de processo administrativo, discricionariedade, sanções disciplinares e servidores públicos. Enfim, uma obra útil e necessária para todos que lidam com a temática do servidor público.

Antonio Augusto Junho Anastasia

Professor da Faculdade de Direito da UFMG

Flávio Henrique Unes Pereira

Mestre em Direito Público pela UFMG. Assessor de Ministro do STJ. Presidente do Instituto de Direito Administrativo do Distrito Federal (IDADF). Ex-professor de Direito Administrativo e de Técnica Legislativa da Faculdade de Direito Milton Campos (MG).

SUMÁRIO DO LIVRO:

Prefácio

Prof. Dr. Luciano Ferraz

Capítulo 1

Introdução

Capítulo 2

Marco teórico: Teoria da Adequabilidade Normativa

2.1 Paradigmas de Estado

2.1.1 Pré-modernidade

2.1.2 Estado Liberal

2.1.3 Estado Social

2.1.4 Estado Democrático de Direito

2.2 Klaus Günther e a Teoria da Adequabilidade Normativa

2.3 A decisão correta ou adequada

2.4 O devido processo legal

Capítulo 3

Regime jurídico das sanções disciplinares

3.1 Sanção disciplinar

3.1.1 Conceito

3.1.2 Finalidade

3.2 A relação de especial sujeição

3.2.1 Relações de especial sujeição: casos específicos

3.3 Princípios fundamentais do regime jurídico disciplinar

3.3.1 Considerações iniciais

3.3.2 O princípio da legalidade administrativa

3.3.3 A reserva legal na relação de especial sujeição estabelecida entre o servidor público e o Estado

3.3.4 O princípio da tipicidade na relação de especial sujeição estabelecida entre o servidor público e o Estado

3.3.5 Princípio da culpabilidade

3.3.6 Adequabilidade da sanção disciplinar

3.4 Estabilidade no serviço público

Capítulo 4

Discrecionariedade administrativa e conceitos jurídicos indeterminados

4.1 Considerações gerais

4.2 Conceitos jurídicos indeterminados: conceitos de valor e conceitos de experiência

4.3 Conceito jurídico indeterminado e a Teoria da Adequabilidade Normativa

Capítulo 5

Controle jurisdicional das sanções disciplinares

5.1 A unicidade da jurisdição e o controle do ato sancionador

5.1.1 Precedente do Supremo Tribunal Federal: lições que merecem ser revisitadas

5.2 Exame de decisões judiciais recentes

5.2.1 Precedentes sobre discrecionariedade administrativa e regime jurídico disciplinar

5.2.2 Precedentes sobre conceitos jurídicos indeterminados e regime jurídico disciplinar

5.2.3 Precedentes sobre devido processo legal

5.3 O controle das sanções disciplinares pela Justiça do Trabalho: análise comparativa

5.4 A especificação da sanção adequada pelo Poder Judiciário

5.5 O controle jurisdicional das sanções disciplinares no mandado de segurança

Capítulo 6

Conclusões

Referências

ANEXOS

ANEXO A - Artigos da Lei nº 8.112/90 relativos ao regime jurídico disciplinar

ANEXO B - Íntegra do acórdão relativo aos embargos à Apelação nº 7.3072

Índice